

Acta N.º 01/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
ACTA N.º 01/2010 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010

----- Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dez, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em Sessão Ordinária do mês de Fevereiro do ano em curso, pelas dez horas, e com a ordem de trabalhos constante no Edital junto aos documentos anexos a esta acta e oportunamente remetida a todos os membros da Assembleia. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Mesa da Assembleia: -- Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente deste Órgão Autárquico, Maria Idália Amaral Pinto e Ilídio Silva Ferreira, primeira e segundo secretários respectivamente e os seguintes Membros: -----

Hugo Filipe Afonso Trindade, José Manuel Afonso Rodrigues, José Luís Ferreira dos Santos, Joel Afonso de Sousa, Manuel Costa Pereira, Alípio de Melo Vieira, Anabela Conceição Salvador Almeida, Carlos Alberto Pereira de Sá, Fernando Costa Felix, Manuel Leandro Vicente, Carlos Alberto Cunha Saraiva, Ilídio Afonso da Cruz, Sandra Cristina da Silva Francisco Amaral, Orlando Carvalho Canseiro, Augusto Marques Moreira, Amândio Martinho Salvador, Jorge Manuel Pereira Reis e Horácio Manuel Sousa Leal. -----

----- Não compareceu à reunião o seguinte membro: Henrique Gomes Morgado. -----

----- Nos termos do nº1 artigo 25º do Regimento desta Assembleia, participou na sessão o Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Estiveram também na Sessão os Vereadores em regime de não permanência, Manuel Marques Custódio e Ana Cristina Ribeiro dos Santos. -----

----- Sendo a hora designada para início da sessão, eram dez horas verificando-se haver quorum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, dando início aos trabalhos: -----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 21 de Dezembro de 2009 e 24 de Fevereiro do ano em curso. -----

----- Apresentou pedido de justificação de falta à Sessão de Hoje, 25 de Fevereiro, o Sr. Henrique Gomes Morgado, por fax registado no dia 24 do corrente mês, tendo a mesma sido justificada pela Mesa. -----

1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”; -----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

----- Sandra Cristina da Silva Amaral Francisco – Leu parecer da DGAL, enviado pelo Governo Civil de Viseu à Junta de Freguesia de Fráguas, relativamente a questões colocadas sobre a constituição da referida Junta tendo ficada anexa aos documentos da acta, cópia do referido parecer. -----

----- Carlos Alberto Pereira de Sá – Relativamente à Junta de Freguesia de Fráguas, questionou até quando se vai manter esta situação de indefinição de um órgão que tem funcionado em pleno. Referiu ainda que não é bom para o Município nem para a democracia ter uma situação que não é ilegal mas o facto é que aqueles órgãos autárquicos não estão constituídos legalmente. -----

----- O Presidente da Assembleia respondeu que no limite podem estar 4 anos assim, sem qualquer tipo de problema. -----

----- Joel Afonso de Sousa – Referiu-se ao SIADAP e informou que ouviu rumores que o Município contratou uma empresa externa para fazer a avaliação dos funcionários, questionou se não existem funcionários competentes na Câmara para fazerem essa avaliação, considerando que a ser é muito mau para a autarquia e para os funcionários. Referiu que já passaram cinco meses e o Plano e Orçamento ainda não está pronto. Pretende saber o que se passa com a ADDLAP, pois já existem candidaturas a projectos e a ADDLAP ainda está no processo com alguma complexidade, e quem está a perder são as pessoas. Congratulou-se com o facto do lar do Touro já estar previsto em PIDAP. Outro rumor e aqui há responsabilidades de várias pessoas é que o Rancho Folclórico de Vila Nova de Paiva, vai ter que devolver parte do dinheiro que recebeu, porque quando se recebe para uma actividade não se pode afectá-la a outra e pelos vistos a solução financeira para aquela Associação é mais uma vez a Câmara. Relativamente a outro rumor, não sabe se este Município já aderiu a exemplo de outros a sistemas multimunicipais de águas e uma vez que Vila Nova de Paiva já possui algumas infra-estruturas não sabe se será de bom grado entregar a exploração e distribuição das águas a uma empresa. -----

----- José Luís Ferreira dos Santos – Começou por referir que já perguntou à Presidente da Junta de Fráguas se as obras tinham parado, o qual ela respondeu que não e que quando se é eleito tem que se deixar governar. Referiu que os caixotes do lixo já estavam no seu lugar, não sendo o Presidente da Câmara que tem que ver se a água está rebentada e os caixotes estão tombados, mas sim o encarregado a fazer a ronda. O Presidente da Câmara deve ir anotando e se os encarregados não servem,

Acta N.º 01/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

então mudam-se, se os chefes de divisão não chamam a atenção aos encarregados, então mudam-se. Disse ainda que o Sr. Joel não bebe cá a água, querendo é água em condições, mas para isso é necessário saber quanto custa a água ao Concelho, se é do Douro ou de outro sitio não está preocupado. Questionou porque não fazer uma via de passeio na circunvalação à Vila, pois esta é feita por muitas pessoas. Referiu ainda que não tinha sido distribuída a acta da última sessão da Assembleia. Felicitou também os Presidentes de Junta pelo trabalho que tem vindo a ser feito, nomeadamente na limpeza das valetas. -----

----- Fernando Costa Félix – Apresentou um voto (referindo que seria certamente compartilhado e sentido por todos os presentes) de pesar, solidariedade e esperança para com o povo da Região Autónoma da Madeira, vítima de uma catástrofe natural (chuvas torrenciais, inundações e deslizamentos de terras que provocaram dezenas de mortos) no passado dia 20-02-2010. -----

----- Alertou para a não satisfação do solicitado na reunião anterior relativamente ao cumprimento integral da alínea e) do art. 12º do Regimento da Assembleia Municipal (art. 53º, al. e) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro), nomeadamente o envio de uma informação escrita e actualizada da situação financeira do Município, de forma a permitir o pleno exercício da competência atribuída por aquela alínea e artigo aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Sinalizou o não envio atempado das actas das reuniões de Câmara, lamentando que tivessem sido entregues apenas no início da presente reunião, o que impede oportunas apreciações; -----

----- Relativamente ao assunto do Julgado de Paz/Rancho Folclórico, abordado pelo Deputado Joel Sousa, disse que lhe cumpria:-----

1º questionar se a energia eléctrica do prédio estava a ser fornecida por um fio ligado a uma casa/empresa privada, e caso fosse verdade, lamentar que a Câmara estivesse a utilizar métodos que “proíbe” aos particulares; -----

2º relativamente à obrigatoriedade do Rancho devolver os € 140.000,00 euros recebidos para a construção do prédio, devido à mudança do fim para que se destinava (afecção ao Julgado de Paz), queria lembrar o caso de “spill over” utilizado pelo Governo para, no 1º ano do QREN, ter “desviado” 148 milhões de euros de fundos comunitários para Lisboa, mas destinados/contabilizados como se tivessem sido aplicados no Norte, Centro e Alentejo. E, perante tal procedimento utilizado pelo próprio Governo, lembrar que, na impossibilidade de resolução administrativa, se impunha uma solução política do problema, devendo o Sr. Presidente da Câmara

aproveitar a vinda do Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais no próximo dia 02 de Março para abordar o assunto; -----

Questionou sobre as responsabilidades no facto do Bar da Praia Fluvial de Fráguas ter sido levado pelas cheias de Dezembro de 2009. Perguntando se estava licenciado/concessionado e a quem, e se ninguém da Câmara (Divisão do Urbanismo/Ambiente) previu aquilo, pois a zona onde estava instalado é inundada todos os anos; -----

Questionou se no caso da “Sónia Lisboa - 4 irmãos no limiar da pobreza”, foi a publicação da notícia que desencadeou as ajudas/apoios e qual o papel da CPCJ e Acção Social da Câmara em todo o processo; -----

Questionou sobre a situação do Parque Eólico da Junça, pois segundo lhe diziam, alguns proprietários de terrenos, estaria parado devido a entraves administrativos/burocráticos; -----

Por último, solicitou que lhe fosse enviado, para a próxima reunião ordinária, o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão/Corrupção e Infracções Conexas, aprovado em reunião de Câmara extraordinária de 30-12-2010. -----

----- José Manuel Afonso Rodrigues – Relativamente à via que atravessa a Vila, esta permite velocidades exageradas, não obstante ter os sinais e ter cerca de vinte passadeiras, referindo que se deviam criar passadeiras de relevo em paralelos para abrandar a velocidade. Referiu ainda que em vez de se falar de projectos teoricamente seria interessante uma visita a obras de interesse que estão a ser feitas no concelho pela Assembleia, para ver o que se está a fazer e traria algum interesse aos membros da Assembleia. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu que se as actas não foram enviadas vão-no ser o mais rapidamente possível e pediu desculpa pela falha, justificando-se com o facto de a funcionária que está com a documentação da Assembleia estar de atestado médico. Na questão da Junta de Freguesia de Fráguas, se houve esta resposta do Governo Civil, foi talvez devido a pressões suas e do Sr. Presidente da Câmara, sempre de modo a que se esclareça a situação o mais rápido possível. Na questão do Rancho Folclórico, esta situação não o surpreende pois sempre discordou da mesma, nomeadamente com os termos com que o negócio foi feito e sempre questionou a legalidade daquele negócio. Respondeu ainda ao Sr. Fernando Félix, que qualquer deputado pode requerer por escrito ou por e-mail a documentação que entender necessária para o desempenho das suas funções. -----

----- Pelo Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que informou do seguinte: -----

Acta N.º 01/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

----- Começou por desejar sorte à Presidente da Junta de Fráguas e que consiga constituir a Junta, mas que a relação com a Câmara não vai ser beliscada por isso. Todos os Presidentes de Junta e todas as solicitações foram atendidas por ele e pelos serviços. Tenho cumprido minimamente com os Presidentes de Junta. Na questão do SIADAP este é uma saga desde 2004 e que os rumores do Sr. Joel não se confirmam. O SIADAP ou é implementado ou dez por cento do FEF é retido à cabeça e custe o que custar tem que ser implementado este ano. Quando chegou à Câmara verificou que apesar da formação dada a quadros médios e intermédios desta Câmara, que o SIADAP ainda não tinha sido implementado. Referiu que esteve reunido com o pai da lei do SIADAP nesta Câmara e tentando aproveitar verbas da Comunidade Dão Lafões, cerca de setenta a oitenta mil euros, pretendendo-se dar formação nesta área. O plano de Actividades e Orçamento foi aprovado em reunião de Câmara e vai ser entregue aos deputados para a reunião extraordinária, bem como o mapa de pessoal. Informou que foi atribuído pelo Governo à ADDLAP a gestão do Proder, no valor de dezoito milhões de euros não líquidos e que vai assinar contracto com o Governo e tem esperança que lá para Maio comecem a entrar as candidaturas em força. Informou ainda que foi concluído um projecto que foi atribuído em conjunto à Confragi e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, chamado de Galerias Repículas para requalificação das margens dos rios e levadas, onde cerca de setenta e cinco kms de rios poderão ser beneficiados, desde o Rebentão, o Vouga, o Covo, o Paiva, etc. Relativamente ao PIDAP, o Joel falou tudo. Em relação ao Rancho era milagre chegar o Presidente José Morgado e resolvia o problema financeiro, mas não se pode distanciar do assunto. Existem dois problemas, um que é a guia de reposição à CCDD – DGOTDU, devido à desvirtuação do projecto no valor de cento e trinta e sete mil euros e o outro é o pagamento de parte do preço da empreitada ao empreiteiro, cerca de cento e tal mil euros. Ao empreiteiro está a decorrer as vias legais, o que ele tentou foi ajudar com a sua experiência profissional, tentando arranjar uma solução. Ao Prof. José Luís disse que este mês pagou mais uns trocados ao Planalto Beirão e apareceram mais alguns caixotes do lixo, mas a dívida ainda está muito alta. Ao Fernando Félix e ao problema do Julgado de Paz, quando soube que o Sr. Tavares estava a abastecer um tribunal com electricidade, deu ordens aos serviços para resolver a questão da electricidade e ligou-se de imediato à EDP tendo aqueles serviços pedido o certificado de conformidade, pensa que a solução está para breve. Também viu o blog e preocupa-o mais os gases da arca frigorífica que estão na água do que os plásticos. Quanto à problemática da Sónia Lisboa que foi muito badalada, não só no Concelho mas a nível Regional, tudo o que a Câmara tinha que fazer, fê-lo. Foi-lhe atribuída habitação social em tempo útil e

perguntou-se-lhe se queria trabalho e ela disse que dependia do tipo de trabalho que lhe oferecessem. Relativamente aos parques eólicos, está para ser licenciado o parque da Nave, que vai do Viduinho até Soutosa, estando já elaborado em minuta contracto de arrendamento da escola do Viduinho. Teve uma reunião com a Gamesa para ver quem está a receber o dinheiro de duas eólicas que estão em Pendilhe, provavelmente nem Castro Daire nem Vila Nova de Paiva estão a receber as rendas. Relativamente ao parque eólico da Queiriga estão a ser encetadas negociações para a sua construção. ----

----- Hugo Filipe Afonso Trindade – Começou por referir que teve o privilégio de pertencer ao rancho enquanto elemento e que o preocupa a situação da sede e o que está a ser feito deve sair desta Assembleia e não se deve culpabilizar o actual executivo, ele está a tentar solucionar o problema. Falta saber se estamos aqui para culpar ou solucionar problemas. Concorde ainda com os passeios na circunvalação da Vila e relativamente aos funcionários eles estão em situação precária, ou são precisos ou não devendo-se resolver o problema ou acabar com os postos de trabalho se não forem precisos. O anterior executivo teve tempo para fazer essa gestão e não o fez. No caso da Sónia Lisboa o Município não ficou mal visto nem lesado com a notícia que veio a publico, fez o que era de direito. O Município deve estar atento a futuras situações. -----

----- José Luís Ferreira dos Santos – Referiu que temos de preservar o que temos de bom no nosso Concelho, o caso da truta. Não está contra os funcionários, temos é que responsabilizar os chefes pelo serviço que não é feito. O executivo está de parabéns pelo projecto de requalificação das margens dos rios, mas deve-se preservar as trutas. No caso dos processos judiciais os Deputados da Assembleia podem requere-los. -----

----- Joel Afonso Sousa – Em relação ao rancho, a direcção foi irresponsável e negligente, os seus elementos são os únicos responsáveis. Não se pode responsabilizar o Presidente da Câmara anterior. No caso da gestão sustentável, questionou se esta instituição tem capacidade, se é sustentável passar de oitenta para cento e trinta funcionários, ou seja passar cinquenta e tal empregados para tempo indeterminado. Ninguém o consegue explicar. -----

----- Fernando Costa Félix – Referiu que, depois de algumas intervenções lhe cumpre dizer o seguinte: -----

“1º mesmo não conhecendo a direcção do Rancho Folclórico de Vila Nova de Paiva quero dizer que tenho por eles, e por todos os elementos de todas as outras instituições concelhias, o maior respeito, tendo falado neste assunto apenas porque, na minha opinião, é um assunto de interesse Municipal, pois trata-se de uma instituição do Município que efectuou um acordo com esta Câmara Municipal, e do

Acta N.º 01/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

qual resultou a até a afectação do prédio a um serviço “tutelado” pela Administração Central. Por ser assim, e ainda corroborado no procedimento de “spill over” que falei há pouco, considero que, mesmo que administrativamente a devolução se apresente como um imperativo legal, o caso exige uma solução politica, que a não acontecer, obriga a instituição a devolver € 140.000,00 euros, ou seja o Município perde esta quantia, e os centralistas da Capital até se riam de nós (gentes do Alto Paiva).-----

- 2º relativamente às referências que por vezes faço à politica nacional, que na opinião de alguns não devem ser chamados para aqui, cumpre-me lembrar que em qualquer acto/decisão de gestão deveremos ter sempre presente quer a variável interna (Municipal), quer a variável externa (Nacional), até porque o orçamento deste Município é sobretudo suportado/alimentado pelas receitas externas/transferências inter-governamentais; -----

- 3º por último e em relação à falada “gestão contínua e sustentada” cumpre-me dizer que não tenho defendido eu outra coisa, quando falo em contenção e eficiência, sugerindo que, no caso do Mapa de Pessoal, sigam as recomendações do Sr. Ministro das Finanças o qual, reconhecendo que não é uma regra injuntiva para as autarquias, espera e recomenda que estas sigam também a regra de 2 por 1, ou seja, apenas admitam um funcionário com a saída de dois”. -----

----- Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o edifício do Julgado de Paz já está em quinhentos e muitos mil euros, temos lá dois funcionários. A passagem de oitenta e um para cento e trinta e sete funcionários é pura querendice. Os postos de trabalho têm que estar previstos no Mapa de Pessoal e quando ele meter um funcionário que não seja necessário então crucifiquem-no. Respondeu ao Prof. José Luís dizendo que as etar’s têm tido muitos problemas e espera ver em Abril in loock quando o tempo melhorar. --

----- ORDEM DO DIA -----

2.1 – *Apreciação e votação de eventuais propostas de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária do dia 28.06.2002.-----*

----- Aberto este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Deputado Fernando Félix pediu a palavra e, tendo-lhe sido concedida, no seu uso: -----

- lamentou o facto de não ter sido enviada, conforme o previsto, a todos os elementos da Assembleia, a proposta de alteração ao Regimento que o próprio enviou por email em Dezembro de 2009.-----

- depois distribuiu por todos os elementos presentes a sua proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal e iniciou a sua apresentação. Durante esta apresentação o Sr. Deputado Carlos Sá pediu a palavra e, tendo-lhe sido concedida,

alertou para o facto de, na opinião dele, existir uma versão do regimento mais recente que aquela que estava em discussão, do ano de 2002. Perante isso o Sr. Deputado Fernando Félix sugeriu a suspensão dos trabalhos, para certificação de tal facto. Na sequência foi deliberado, por unanimidade, a transferência deste assunto para a próxima reunião ordinária a Assembleia Municipal. -----

2.2 - Apreciação da Actividade Municipal desenvolvida durante os meses de Dezembro de 2009 e Janeiro e Fevereiro do ano em curso, nos termos do artº 53º, nº1, alínea e) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

----- Amândio Martinho Salvador – Referiu que a obra no Lugar da Comieira que ainda não tinha sido concluída, e pretende saber porque. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a obra estava pendente da aquisição de dinamite, pois a Câmara não possui nem Paiol para armazenamento nem carrinha adequada para o transporte do mesmo e que prefere pagar a um técnico que os vá buscar e se responsabiliza pela sua utilização. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos do artigo 27º do Regimento, foi aberto ao público um período de intervenção para esclarecimentos, nomeadamente sobre matérias constantes da ordem do dia da Sessão.-----

----- Não havendo público presente, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram doze horas e quarenta minutos. -----

----- Todos os documentos citados nesta acta e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às actas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

----- Para que conste lavrou-se a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----
